

NARRATIVAS DE UMA DESTILARIA SANTAMARENSE: MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E PRESERVAÇÃO

Moari Castro Ramos de Oliveira Alfredo¹

UFBA – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em
Museologia
moaricastro@gmail.com

Resumo

O presente artigo é um recorte de pesquisa em andamento desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia, que objetiva discorrer sobre a trajetória histórica da Destilaria Modelo, indústria de transformação da cana-de-açúcar do século XIX localizada na cidade de Santo Amaro, região do Recôncavo da Bahia. Interessa-me com este trabalho refletir sobre os bens culturais ligados ao universo industrial são ressignificados em um contexto de preservação ligado à arquitetura, discutindo os modos e as possibilidades de reocupação destes espaços na contemporaneidade, em uma perspectiva que dialogue com mecanismos de preservação das memórias em um sentido amplo.

Palavras-chave: Cultura industrial, relações de poder, memória, preservação, patrimônio.

Abstract

This article is a research cutout developed in the postgraduate program in Museology of the Universidade Federal da Bahia, which aims to discuss the historical trajectory of Destilaria Modello, sugar cane transformation industry of the 19th century located in Santo Amaro, state of Bahia. Matter me with this paper, reflecting on the cultural assets linked to the industrial universe are remeant in a context of preservation linked to architecture, discussing the modes and possibilities of reoccupying these spaces in the contemporary, in a perspective that dialogue with mechanisms to preserve memories in a broad sense.

Keywords: Industry, power relationships, memory, preservation.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia, na linha de pesquisa Museologia e Desenvolvimento social, sob a orientação da Prof^a Dr^a Joseania de Miranda Freitas.

1 Introdução

Construído na cidade de Santo Amaro em 1981 por membros da oligarquia regional do Recôncavo Baiano, o prédio da antiga Destilaria Modello encontra-se em estado de abandono desde a década de 1980. Sem qualquer uso institucional desde o encerramento das atividades de uma das ocupações que lhe foram atribuídas nesse percurso de mais de cem anos, o prédio fora repassado ao poder público por seus últimos proprietários sem destinação de uso determinada. Doado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em 2005², destinado a abrigar um centro de ensino desta instituição, atualmente conta com projetos de restauração³ e de reocupação aprovados no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Cidades Históricas do Governo Federal.

Considera-se que o prédio da antiga Destilaria é um imóvel de traços arquitetônicos e dimensões singulares. A partir de seu contexto formativo, pode-se afirmar que a edificação é uma das reminiscentes edificações ligadas à indústria canavieira do século XIX que ainda permanece como vestígio material da cultura industrial no Recôncavo. Desta forma, a Destilaria Modello pode ser percebida como herança material de um sistema de exploração da agroindústria, com origem escravista, encravada na malha urbana da cidade de Santo Amaro.

Neste sentido, o desenvolvimento dessa pesquisa busca estruturar métodos de reconstituir a trajetória da Destilaria, apagada pelas ocupações que foram atribuídas ao prédio durante seu percurso funcional, entendendo-a como objeto relacional constituidor de uma multiplicidade de memórias, e que assim como a sua trajetória estão invisibilizadas. Contudo, busca-se com este artigo refletir sobre a natureza conceitual da indústria e de como estruturam-se os métodos de preservação da cultura industrial, articulando perspectivas de abordagem para além de uma preservação de natureza estrutural-arquitetônica, mas visando sobretudo compreender como a trajetória da Destilaria Modello e suas reocupações conectam-se às possibilidades de reutilização espacial na contemporaneidade, inseridos em uma lógica de salvaguarda que majoritariamente desconsidera questões essenciais à percepção destes espaços como lugares de memória.

² Lei Municipal nº15893 de 11 de novembro de 2015.

³ Projeto de intervenção restauradora selecionado pelo PAC Cidades Históricas, em conjunto com outras seis ações do programa somente na cidade de Santo Amaro, totalizando um investimento em obras no município de cerca de trinta e um milhões de reais e prevê a ocupação do prédio pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para implantação do Campus Dona Canô³.

2 Sobre a natureza dos bens culturais da indústria

O tema indústria, no que tange a preservação de bens culturais, tem sido desenvolvido através de uma concepção relativamente nova do campo do patrimônio. Está inserida no contexto de estruturação conceitual, que Lima (2012) designa como Novos Patrimônios, e que são agregadas no final do século XX ao cenário das tipologias clássicas (histórica, artística, monumental). O debate sobre a preservação de bens culturais ligados a indústria é relativamente recente e acontece sobretudo na Europa, âmago do sistema de produção industrial, conforme afirma Beatriz Kühl:

A preocupação com o legado do processo da industrialização, apesar de aparecer de maneira embrionária ainda no século XIX, torna-se mais veemente a partir de meados no século XX, sendo catalisada, na Inglaterra, no início dos anos 1960, pela destruição de edifícios significativos que ocasionou muitos debates, associados também a variadas correntes historiográficas, e algumas tentativas de preservação desses bens. (KÜHL, 2010, p. 1)

Nesse sentido, o que convencionou-se denominar como patrimônio industrial⁴ representaria um ato de “[...] reconhecimento à imagem do cotidiano de pessoas ditas comuns, compreendendo-o como contexto donatário do valor de testemunho histórico” (Lima, 2012, p. 37). De todo modo, para se discorrer sobre a preservação de bens culturais compreendidos como herança industrial, e que Kühl (2010, p. 2) estabelece como, de modo geral, “vinculada a uma herança arquitetônica”, precede-se estabelecer qual definição de indústria é vigente no processo de desenvolvimento da pesquisa em curso.

Sinalizo que no desenvolvimento da pesquisa utilizo uma definição conceitual não-usual sobre a indústria. Sobrepondo uma compreensão físico-arquitetônica, ou seja, não se compreende a indústria enquanto sobreposição dos blocos que estruturam um prédio industrial ou a disposição dos maquinários em um galpão. Ao discorrer sobre indústria e sua herança, estaremos concebendo a natureza de um *corpus* heterogêneo, multiarticulado, que em suma, na contemporaneidade o senso comum traduz genericamente. Entendo que ao aludir à ideia de indústria, uma concepção usual e condicionada leva-nos a estruturação de marcos imagéticos que transitam, desde a forma de uma pequena fábrica com sua chaminé exalando fumaça, aos grandes empreendimentos de criação de produtos para consumo em massa. A indústria torna-se aquele espaço, distante, por onde entram matérias-primas e que após uma longa cadeia produtiva e seccionada saem transformados produtos diversos que peregrinam diretamente para as cadeias de mercado.

⁴ Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, Julho de 2003.

Desta forma, ao citar a existência de bens culturais ligados a este universo é compreensível e naturalizado que esteja estabelecida a materialidade como fundamento, seja o prédio industrial ou o produto. Contudo, é estrutural considerar o entendimento multifacetado sobre a indústria para compreender o que se valora como bem cultural desta natureza. A indústria é também local de trabalho, de sociabilidade, de poder, das relações entre os pares, da relação entre patrão e empregado, do “saber fazer”, das práticas estabelecidas dentro e fora daqueles espaços. Considerar que, sim, faz-se necessário afirmar que a indústria é um local da materialização da lógica trabalhista de uma sociedade industrial, mas que nela também transitam sujeitos. Naturalizam-se as formas de produção baseadas no consumo em detrimento dos seres, invisibilizados, que compõem esta cadeia operatória e que fazem da indústria, esse conjunto de homens e mulheres, envolvidos em processos que dão, de fato, significado e função a estes locais.

Neste sentido, quando tratarmos de bens, sejam eles adjetivados como culturais ou não, arbitrariamente evocamos o sentimento de posse, da materialidade e, geralmente, esquecemos dos sujeitos. Portanto, sob essa perspectiva, compreendo que apenas abordar o universo da indústria através dos bens tangíveis torna-se uma atitude política que desconsidera a multiplicidade de abordagens narrativas sobre o tema.

3 Sobre intervenções e trajetórias

As intervenções de recuperação arquitetônicas de núcleos históricos no Brasil são primordialmente ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, definidas e fomentadas em sua maioria, pelo Estado. Na prática, objetiva-se com essas ações promover a reabilitação de edificações e sítios históricos, de interesse público e que tenham “[...] vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1988), para a preservação de uma memória institucionalizada, garantindo com a intervenção novos usos e sentidos destes espaços.

É notório que se busca conjugar a recuperação e preservação do patrimônio edificado com o desenvolvimento econômico e social, considerando a manutenção da configuração espaço-visual e, principalmente, à sustentabilidade pós-intervencionista. Viabilizam no dia a dia contemporâneo o estabelecimento de novas funções e usos das construções históricas, revitalizando as estruturas arquitetônicas, mas sobretudo, reorganizando a política urbana e inserindo-as numa concepção de cotidiano útil das cidades. É evidente que ações de

recuperação de espaços históricos na contemporaneidade são concebidas pela necessidade de promover a manutenção da concepção originária de tal edificação: o uso do imóvel. Simplificadamente, edificações são espaços concebidos para serem ocupados e destinados ao uso cotidiano, múltiplo, portanto, numa lógica cartesiana, restaurar e, conseqüentemente, lograr novos usos permite restabelecer, minimamente, um sentido funcional de utilidade a estes locais.

Neste sentido, ao tratar do ato institucionalizado de salvaguarda, enquanto ação política que constrói narrativas históricas e de memória, considero que uma concepção abrangente sobre os conceitos que tangem a preservação de bens imóveis, pondere as múltiplas possibilidades de construção narrativa a serem construídas através destes espaços por múltiplos agentes.

Nesta perspectiva, a concepção de “memórias subterrâneas”, apresentada por Michael Pollak (1989), inseridas em um “[...] trabalho de constituição e de formalização das memórias [...]”, é fundamental para estruturar a compreensão da abordagem desenvolvida nessa pesquisa. Numa perspectiva de existência extracorpórea da memória enquanto ato social, uma memória de natureza coletiva e não apenas biológica e individual (Halbwachs, 2006; Nora, 1993; Pollak, 1989), compreende-se que resguardar as estruturas, garantir a manutenção visual e espacial das características arquitetônicas, promover o usufruto destes espaços, são ações de preservação que garantem a sobrevivência dos bens imóveis, mas que podem não considerar questões para além da energia das paredes, desconsiderar que estes locais para além do entendimento enquanto espaços físicos, são locais de memória, de história, de identidade e neste caminho podem ser fundamentos potenciais para a preservação de fato e direito.

No âmbito da indústria, e sobre a reocupação de espaços históricos, Cristina Meneguello, em entrevista concedida em 2011, relata a dificuldade em compreender o processo de requalificação destes locais, em específico daqueles ligados ao universo industrial.

Ultimamente me sinto um pouco pessimista quanto a este tema, então tenho vontade de dizer que ainda ‘engatinhamos’ em termos de requalificações. Engatinhamos por ainda serem poucas, por estarmos perdendo muitos exemplares significativos em termos de patrimônio industrial com demolições impensadas nas quais sequer a hipótese de requalificação é pensada, ou por termos presenciado certas ‘conversões de uso’ que descaracterizaram os bens de tal modo que toda a sua característica industrial foi esvaziada. (MENEGUELO, 2011, p. 251)

É importante salientar que para além das funções e significados atribuídos originalmente a edificações ligadas à indústria, é comum que em caso de interrupção das atividades originárias ocorram novas ocupações, justificado, em parte, pelas características arquitetônicas peculiares da indústria e por servirem a fins específicos. Em função disto, as reocupações de imóveis históricos implementadas no âmbito das políticas públicas brasileiras buscam dar novos significados a esses espaços industriais, deconsiderando a função e o uso que esses espaços tiveram no seu percurso e um diálogo aproximado com as comunidades locais. Como exemplo, cito o processo de constituição do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB e do Campus de Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe (UFS), restaurados no âmbito do Programa Monumenta e que são espaços ligados ao universo industrial (fumo e comércio) e reutilizados para abrigar os campi universitários, mas que não consideram as trajetórias destes espaços.

A restauração, isto é, os modos de intervenção em determinado bem, recompõe a estrutura destes locais, para posterior utilização. Em suma, darão novos significados, mas que usualmente desconsideram a natureza agregadora das memórias e da historicidade de narrativas construídas através destes locais e que estão para além de sua recomposição espaço-visual. Deste modo, o desenvolvimento desta pesquisa confere requisitos singulares para o aprofundamento de questões relativas ao processo de restauro, reutilização e ressignificação das edificações industriais, compreendendo que a preservação dos bens culturais da indústria estão para além de tijolos e chaminés.

4 Histórias e memórias – Entre a destilaria e a ruína

Contrastando com a imagem de que todo e qualquer espaço possui uso e função, as ruínas industriais da Destilaria Modello funcionariam como um aviso, um marco simbólico aos excessos e desperdícios do meio social. Visualizar ruínas nos coloca em frente a diversas reflexões e nos conduz a entender quais formas de produção, saberes e ofícios foram extintos.

Torna-se importante evidenciar que o antigo prédio teve ocupações funcionais distintas durante sua trajetória de existência. E nesse sentido, urge trazer à tona como ocorre o contato do pesquisador com o objeto de estudo, ou pelo menos parte dele. Meu primeiro contato com o prédio foi realizado após a minha chegada a UFRB como servidor técnico, atuando como museólogo no Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias aplicadas (CECULT) em Santo Amaro, no ano de 2015. Desocupada, e abandonada, desde

a década de 1980, a edificação fora entregue a Prefeitura Municipal de Santo Amaro, que em 2005 o repassou à União, através do Ministério da Educação (MEC), destinado à implantação⁵ do novo Campus do CECULT, com projeto aprovado pelo PAC – Cidades Históricas, a ser concretizado no decorrer dos quatros anos subsequentes, com o nome “Restauração da antiga fábrica Trzan - implantação de campus da Ufrb”.

Com uma fachada medindo cerca de 100 metros de comprimento e uma imponente chaminé em alvenaria, as ruínas carregam as marcas de um momento distante da atualidade. A Trzan⁶, nomenclatura apresentada e institucionalizada e que fora atribuída às ruínas pela Universidade, ainda hoje exhibe a sua monumentalidade. Sua imponência frente a outras construções do município é visível e impressiona. O estado de abandono, a excelente localização e suas dimensões estruturais criaram a justificativa fundamental para abrigar o projeto de ocupação do campus universitário.

Evidencia-se nesse momento que a “Trzan”, nome institucionalizado pelo projeto da UFRB, também é nomeada como “Tarzan”, referência para os moradores de Santo Amaro. Essa diferenciação explica-se em parte de modo lógico, até tornar-se abandonada, e para além da constituição inicial enquanto Destilaria, o prédio serviu também ao funcionamento de duas indústrias siderúrgicas: a Fundação Aço Tarzan e a Siderúrgica Santo Amaro.

A Fundação Aço Tarzan foi fundada pelo imigrante iugoslavo Carlos Trzan na década de 40 do século XX e ocupou o prédio durante cerca de quinze anos (1946-1961). Após o encerramento das atividades, a fábrica foi vendida ao grupo paulista Votorantim em 1962 que a renomeou como Siderúrgica Santo Amaro, mantendo a linha de produção da antecessora. As atividades da siderúrgica encerram em 1981, com a demissão de cerca de 230 funcionários à época (Marengo, 2015) e com a entrega e posse do terreno e dos prédios ao poder público municipal. Saliento que a maior parte das referências às ruínas estão associadas ao nome da Fundação Aço Tarzan, ou simplesmente Tarzan, como se referem os santamarenses.

Destarte, pouco se conhece ou fora publicado sobre o funcionamento da edificação, enquanto destilaria, e quase todas as informações e dados encontrados são relacionadas à siderúrgica⁷. As informações sobre a destilaria se revelaram imprecisas e fragmentadas. É

⁵ <http://ufrb.edu.br/cecult/noticias/40-projeto-de-restauracao-da-antiga-fabrica-trzan-esta-em-processo-de-licitacao> Acesso em 03 de fevereiro de 2017

⁶ O nome Trzan, de origem iugoslava, é referência ao sobrenome da imigrante Carlos Trzan, proprietário e fundador da Fundação.

⁷ As características arquitetônicas peculiares indicavam uma origem agroindustrial. Por vezes, a fábrica foi referida com o nome de Meleira Grande, porém apenas feita por moradores mais antigos de Santo Amaro, remetendo ao período anterior ao funcionamento da fábrica como siderúrgica. Depoimentos e fotografias colhidos com moradores evidenciam que na localidade funcionavam duas destilarias: a Meleira Grande e a Meleira Pequena, ou Meleirinha, referência a um prédio contíguo e de dimensões comparativamente menores que pertencia a Destilaria Jujuba, indústria que hoje não mais existe.

apenas através da Tarzan e de suas ruínas que o prédio era/é visibilizado, inserido na vida social da cidade. É notório que a cidade não reconhece naquele espaço a destilaria, nem a Trzan, ligada à Universidade. Reconhecem as ruínas de um local de trabalho ligado à siderurgia que surgiu para entregar empregos em uma cidade marcada pela agricultura e que não exibia naquele período uma variedade de empregos e de mercado. Neste sentido, a Destilaria e todo o seu contexto formativo, habitam o lugar do passado, esquecidos e apagados pelo tempo e pelas significações que lhe impuseram durante os anos.

Voltada à produção de aguardente e derivados da cana, a construção deste prédio pode ser aferida através de edital publicado no Jornal de Notícias (ed. 3488) de 1891. Nele são solicitados o fornecimento de materiais para “[...] as construções necessárias ao estabelecimento dos aparelhos de destilação e retificação de álcool da Companhia União dos Lavradores”. A sociedade formada ali e que tinha como sócios, em sua maioria, homens brancos, barões e empreendedores locais, como João de Araújo Pinho, Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque – o barão de Vila Viçosa – e Pedro Munis de Barreto Aragão – o Barão do Rio de Contas, todos pertencentes à oligarquia que fizera, durante séculos, do açúcar fortuna, explorando a mão de obra negra, escravizada e as terras santamarenses com a monocultura canavieira.



Figura 1: Fachada atual da Destilaria Modelo, em Santo Amaro – BA
Fonte: Acervo do autor, Dezembro/2015.

Em 1890, engenhos e usinas de açúcar já coabitavam o Recôncavo. Entendidas sob uma ótica evolutiva de exploração da cana, as usinas seguiam a lógica de distanciamento da produção agrícola do campo como local de transformação em produto. Porém, a

constituição de uma indústria da cachaça na zona urbana de Santo Amaro, produto considerado de menor valor, e pejorativamente ligada aos homens e mulheres escravizados, torna-se um sinal evidente de modificação nas lógicas produtivas.

É neste contexto, isto é, cerca de dois anos após o fim da legalidade da escravidão no Brasil, que a Companhia União dos Lavradores é constituída. Saliento que o prédio da Companhia é erguido e representava, naquele momento, a inserção de um padrão produtivo, que sinalizava como algo completamente novo, para a economia e sociedade local naquele momento: a indústria. Segundo Fraga (2014), no âmbito do pós-abolicionismo “[...] grande parte dos recursos produtivos continuou concentrada nas mãos de ex-senhores e o acesso à terra se vinculava em grande medida às relações de dependência”. Desta forma, uma possível leitura sobre a criação da indústria neste contexto reside na percepção de que a constituição de um espaço na zona urbana de Santo Amaro permitisse aos sócios resistir e responder ao fim da legalidade da escravidão. Fraga (2014), revela que os barões “[...] assistiram ao desmoronamento da escravidão” custando-lhes aceitar que a “desordem” e a “desobediência” alcançassem seus domínios. Neste sentido, estruturar uma nova lógica de produção, completamente industrial, moderna, poderia desenvolver uma imagem pós-abolicionista ligada à legalidade do trabalho, agora remunerado. Enquanto na zona rural, ou seja, distante dos olhares da cidade e onde de fato as comunidades de ex-escravos continuavam a habitar, as relações continuassem sendo rígidas para a produção da matéria-prima que alimentava a indústria.

É Miguel Calmom Du Pin e Almeida, sobrinho homônimo do Marquês de Abrantes, que aponta sobre a origem da destilaria em sua obra “O açúcar e o álcool na Bahia”. Apresentando um panorama da produção açucareira e do álcool no estado no início do século XX, o engenheiro nos apresenta a Destilaria Modello, através de fotografias e descrições minuciosas da produção e do maquinário existente da produção de cachaça entre 1902 e 1903. Segundo o autor, “[...] o estabelecimento, cujo nome encima estas linhas [Destilaria Modello] e que outr’ora era conhecido sob a denominação de Meleira, é o mais importante do Brasil, no ponto de vista da fabricação de aguardente”. (ALMEIDA, 1903, p. 43)

Consequente, nos revela que a Destilaria está em declínio no período e fora adjudicada pelo Banco Mercantil da Bahia. Justificando a decadência pelo não cumprimento de uma dupla condição: de ter o mínimo de custo de instalação aliado ao máximo de produção, fica assim evidenciado o contexto formativo da Destilaria Modello, a primeira referência factual sobre o prédio, ligado à indústria da transformação da cana. Compreendemos que se iniciava com sua concepção o processo de reordenação da lógica de exploração tocada

pelas oligarquias locais, um caminho diferente para continuidade de um processo que iniciara três séculos antes e que faz do prédio da grande destilaria, um marco, um outro caminho, um novo modelo: a Destilaria Modello.

5 Conclusão

A antiga destilaria merece destaque por ser um dos reminiscentes registros materiais da indústria da cana no Recôncavo baiano que ainda permanecem na contemporaneidade. Entretanto, sua reapropriação considera apenas seus critérios estruturais-arquitetônicos, e sua trajetória é desconsiderada. Essa prática é algo comum nos processos de restauração e reocupação de bens imóveis considerados enquanto bens históricos, vide exemplos do Programa Monumenta (Bonduki, 2010) possivelmente o maior projeto de reestruturação de imóveis históricos no contexto brasileiro.

Deste modo, a trajetória desses espaços quase que invariavelmente são desconsiderados nos processos de ressignificação, em específico no caso dos bens industriais, devido às características peculiares e pelas dimensões. No caso da Destilaria Modello, é evidente que o prédio em si constitui como uma relevante representação material de um período de transição da economia regional e de um modelo de trabalho, pois é com a criação da Companhia União dos Lavradores que é instaurado o processo de transição de um contexto completamente agrário, marcado pelos latifúndios, engenhos e pelo trabalho escravo, para um novo contexto, um ambiente industrial, encravado na zona urbana de Santo Amaro. Mas, também, é a estruturação de uma lógica de ressignificação da exploração da cidade de Santo Amaro, de sua população e em específico da cachaça, enquanto produto. Essa exploração é algo completamente distinto do modo de produzir das usinas, que trazem a inovação tecnológica ao universo agrário e que coexistem no período.

Compreendo que a preservação dos registros arquitetônicos não seja a única e principal maneira de preservar narrativas, e, conseqüentemente processos de reconhecimento histórico, como o tombamento, que garantirão a preservação das múltiplas narrativas que podem ser reconstituídas a partir daquele espaço. Faz-se necessário refletir sobre os processos que o constituíram e que deram significado ao local, considerando percursos, trajetórias, relações e movimentações. É fundamental que ao reocupar estes espaços e assim ressignificá-los, deva-se considerar que estes carregam o poder de agregar histórias, memórias e identidades, conforme afirma Meneguelo:

Os espaços são relidos e transformados, queiramos ou não. Mas, no caso do patrimônio industrial, é evidente que os novos usos buscam limpar, ordenar e apagar memórias que podem ser chamadas de memórias difíceis: a do trabalho industrial e suas rotinas, do cansaço, do sono em frente aos teares, dos acidentes de trabalho, dos assédios às operárias, das lutas políticas e das organizações de trabalhadores [...] Também as memórias de orgulho e luta dos trabalhadores acabam expurgadas, porque o que se apaga é que aqueles locais foram, um dia, usados para a produção. (MENEGUELO, 2011, p. 252)

Em específico de um momento tão significativo da cidade de Santo Amaro, um dos municípios mais importantes no Brasil do ciclo da cana-de-açúcar, mas que para além de todas as memórias preservadas/esquecidas, através dos prédios e casarões da elite financeira e de suas igrejas católicas tombadas e que ainda permanecem vivos na memória urbanada da cidade. Como ainda resiste esta reminiscente fábrica? Esta ruína que talvez carregue a imagem de ser o último suspiro da oligarquia da cana, continuará sendo apenas a fachada reminiscente de um registro material apagado pela malha urbana da cidade?

As ruínas da Destilaria Modello transmitem a obsolescência das formas de produção, e também trazem as lembranças de uma aurora da agroindústria do Recôncavo, que trazem consigo o fardo da escravidão, de uma terra arrasada pela monocultura da cana e da reprodução cíclica de uma lógica colonial sobre suas memórias. Neste sentido, este trabalho reflete, sobretudo, sobre como o ato de preservar pode ser um ato de lembrar, de cristalizar lembranças, mas, principalmente, pode ser transformado em um ato de ocultar, apagar ou esquecer.

6 Referências

- ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. **O açúcar e o álcool na Bahia**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1903.
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos** – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- CARTA de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, TICCIH, 2003. Disponível em www.ticcih.org. Acesso em 04 de maio de 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização**: ambiência de comunhão. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan-abr. 2012.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Problemas teórico-metodológicos de preservação do Patrimônio Industrial**. São Paulo, FAUUSP, Trabalho apresentado no Seminário de Pesquisa Patrimônio: um debate multidisciplinar FAU-Maranhão, 2010.
- MARENGO, Shanty Nitya. **Santo Amaro - Ba**: um lugar de muitos lugares. 421 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2015.
- MENEGUELLO, Cristina. **As ruínas do futuro e o novo patrimônio industrial - entrevista com Cristina Meneguello**. (Entrevista) SILVA, Anaxsuell Fernando da; RODRIGUES, Wagner do Nascimento. Junho/2011.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, dez. 1993, n. 10, p. 16.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.